



## Despacho

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Lei-Quadro das Fundações, Lei 24/2012, de 9 de julho, e do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e com os fundamentos constantes da informação DAJD/610/2013 que faz parte integrante do processo administrativo n.º 34/FUND/2012-SGPCM, reconheço a Fundação Gramaxo.

O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Luís Maria  
de Barros  
Serra  
Marques  
Guedes

Assinado de forma digital  
por Luís Maria de Barros  
Serra Marques Guedes  
DN: c=PT, o=Presidência do  
Conselho de Ministros,  
ou=Gabinete do Ministro da  
Presidência e dos Assuntos  
Parlamentares, cn=Luís  
Maria de Barros Serra  
Marques Guedes  
Dados: 2013.09.04 17:53:51  
+01'00'

## PARTE B

### ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

#### Direção de Serviços Administrativos e Financeiros

##### Despacho (extrato) n.º 11992/2013

Por despacho do Diretor de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação, Dr. Rui José Pereira Costa, de 5 de setembro de 2013, foi efetuada a seguinte delegação e subdelegação de competências:

Tendo em consideração o disposto no artigo 42.º da lei da Organização e Funcionamento da Assembleia da República (LOFAR), aprovada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, na sua atual redação, e nos termos e para os efeitos dos artigos 35.º, 36.º, n.º 2, 37.º e 38.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e ainda a coberto do n.º 2 do Despacho n.º 6237/2013, do Adjunto da Secretária-Geral em substituição, da Assembleia da República, Dr. José Manuel Saraiva de Lemos Araújo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 14 de maio de 2013, delego e subdelego na Chefe de Divisão de Edições (DI), Maria Teresa Silvério da Fonseca, na Diretora do Arquivo Histórico e Parlamentar (AHP), Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães, no Chefe de Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar (DILP), Fernando Carlos Marques Pereira, na Diretora da Biblioteca, Rosa Maria Barreto Pereira da Silva e no Chefe de Divisão do Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas (CIC-RP), Vítor Manuel Pires da Silva, as seguintes competências:

##### 1 — Competências delegadas:

1.1 — Justificar e injustificar faltas do pessoal afeto às respetivas Divisões;

1.2 — Autorizar o pessoal afeto às respetivas Divisões a comparecer em juízo quando requisitado nos termos da lei de processo;

1.3 — Autorizar os pedidos de férias dos funcionários afetos às respetivas Divisões.

##### 2 — Competências subdelegadas:

2.1 — Autorizar os pedidos de acumulação de férias, bem como alteração do mapa de férias do pessoal afeto às respetivas Divisões;

2.2 — Assinar o expediente corrente no âmbito das matérias que correm pelas respetivas Divisões, excluído o excepcionado na delegação do mapa de férias que me foi conferida pelo Senhor Adjunto da Secretária-Geral em substituição, Dr. José Manuel Saraiva de Lemos Araújo, bem como a correspondência dirigida aos titulares dos cargos de direção superior ou equiparados da Administração Central, Regional e Local e aos titulares dos órgãos que funcionam junto da Assembleia da República ou na sua dependência.

2.3 — Autorizar a aquisição de bens e serviços e as correspondentes despesas até €1000,00 (mil euros), desde que previamente cabimentadas e que não tenham natureza de encargo plurianual.

3 — Os Chefes de Divisão da DE, da DII-P e do CIC-RP, bem como os Diretores do AHP e Biblioteca mencionarão sempre, no uso das delegações e subdelegações que aqui lhe são conferidas, a qualidade de delegados ou de subdelegados em que praticam os atos por aquelas abrangidas.

4 — Designo, nos termos e ao abrigo do artigo 42.º, n.º 3, da LOFAR e para os efeitos do artigo n.º 41.º, n.º 3, do CPA, a Chefe de Divisão de Edições, Dra. Maria Teresa Silvério da Fonseca, para me substituir nas minhas ausências e impedimentos.

5 — O presente despacho produz efeitos a 12 de abril de 2013, ficando por esta via ratificados os atos praticados até agora no âmbito da presente delegação.

9 de setembro de 2013. — O Diretor dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Fernando Paulo da Silva Gonçalves*.

207244481

## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

##### Despacho n.º 11993/2013

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Lei-Quadro das Fundações, Lei 24/2012, de 9 de julho, e do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e com os fundamentos constantes da informação DAJD/610/2013 que faz parte integrante do processo administrativo n.º 34/FUND/2012-SGPCM, reconheço a Fundação Gramaxo.

4 de setembro de 2013. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

207249658

#### Direção-Geral do Património Cultural

##### Anúncio n.º 311/2013

Abertura de novo procedimento de classificação do Bloco da Carvalho, sito na Rua da Boavista, 571-573, Porto, freguesia de Cedofeita, concelho e distrito do Porto

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, faço público que, por despacho de 16 de julho de 2013

de S. Ex.ª a Secretária de Estado da Cultura, após proposta da Direção Regional de Cultura do Norte, que mereceu a minha concordância, foi determinada a abertura de novo procedimento de classificação do Bloco da Carvalho, sito na Rua da Boavista, 571-573, Porto, freguesia de Cedofeita, concelho e distrito do Porto.

2 — O imóvel está em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

3 — O imóvel em vias de classificação e os bens imóveis localizados na zona geral de proteção (50 metros contados a partir dos seus limites externos), conforme planta de delimitação anexa, a qual faz parte integrante do presente Anúncio, ficam abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente, os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 37.º, 42.º, 43.º e 45.º da referida lei, e o n.º 2 do artigo 14.º e o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro.

4 — De acordo como o n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, os proprietários, possuidores ou titulares de outro direito real sobre o imóvel consideram-se notificados através da publicação deste Anúncio, visto o seu número ser superior a 10.

5 — Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, os elementos relevantes do processo estão disponíveis nas páginas eletrónicas dos seguintes organismos:

a) Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), [www.cultura-norte.pt](http://www.cultura-norte.pt);

b) DGPC, [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt);

c) Câmara Municipal do Porto, [www.cm-porto.pt](http://www.cm-porto.pt).

6 — Conforme previsto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, poderão os interessados, sustentando o facto, reclamar ou interpor recurso tutelar do ato que decide a abertura do procedimento de classificação, no prazo de quinze dias úteis, nos

Certificado de admissibilidade de firma ou denominação para constituição de entidade

Código de Certificado de  
Admissibilidade: 2205-0168-3583

Número do Certificado de  
Admissibilidade: 2012025557  
Com o NIPC: 510315470

Firma ou denominação aprovada para os elementos abaixo indicados:

**FUNDAÇÃO GRAMAXO**

**Certificado requerido por:**

Nome: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE AZEVEDO GRAMAXO GONÇALVES  
Identificação: Bilhete de Identidade - 01822838

Para efeitos de constituição Fundação de direito privado  
de:

Sede: Concelho de Mala, distrito de Porto

**Objecto social:**

Objectivos de natureza cultural e social, propondo-se para esses efeitos: a) Facultar o acesso, como zona de interesse cultural e de lazer, à propriedade da Família Gramaxo, sita na freguesia e concelho da Mala, denominada Quinta de Barreiros, designadamente aos seus jardins e aos edifícios disponibilizados ou construídos para o efeito; b) Disponibilizar, para eventos culturais, de lazer ou outros fins, um Auditório a construir; c) Concessionar uma área de edifício a construir para a actividade de restauração, incluindo o apoio aos eventos a realizar na propriedade; d) Instituir uma Biblioteca com Sala de Leitura, em edifício a construir; e) Construir e disponibilizar um Parque de Merendas.

CAE Principal: 91030

CAEs Secundários:

Aprovado por: Idalina de Almeida Fonseca Mendes, Ajudante

Emitido em: 19-06-2012 14:08:44 UTC

Válido até: 19-09-2012 (inclusive)

No prazo de validade indicado deve ser efectuado o correspondente acto de registo comercial ou a inscrição no FCPC a que haja lugar.

Utilização do certificado: Por utilizar

Sair